



## Nota de Abertura

OS “PRIVILEGIADOS” JÁ SÃO MAIS ALGUNS...

Em 1975 o V Governo Provisório proclamava como grande objetivo (...) “*facultar o acesso à cultura por forma a que esta deixe de ser o jardim das delícias de alguns privilegiados para se tornar o património de todos os portugueses*”.

É com esta perplexidade que podemos folhear as páginas da História de um passado recente. Se por um lado, sempre houve a inscrição política de acesso à cultura e à educação artística nos diferentes programas de Governo, por outro, foi sempre muito difícil de concretizar nos diferentes contextos educativos. Podem ser apontadas muitas razões, umas mais centradas na falta de meios humanos e materiais, outras que acentuam a falta de articulação entre as instituições escolares e as instituições culturais, outras, ainda, que sublinham como principal motivo a ausência da dimensão da cultura na formação inicial dos docentes.

Os vários *Grupos de Trabalho* criados, entre os Ministérios da Cultura e da Educação, a partir do final dos anos 90, assinalam estas razões e evidenciam, além de outras circunstâncias, a pouca clarificação dos objetivos e das estratégias para a educação artística e as dificuldades que advêm da indistinção entre educação artística e ensino artístico.

A busca pela clarificação destes conceitos não é nova. Em 1979, Madalena Perdigão, no Plano Nacional de Educação Artística, defendia que a educação artística deveria ter um carácter abrangente, não se relacionando apenas com “*a formação de artistas profissionais, nem muito menos como um complemento supérfluo da educação em geral (...)*”. Referia que um dos grandes intuitos da educação artística deveria ser “*(...) a formação do homem, do homem pleno, a quem é facultada a possibilidade de desenvolver todas as suas potencialidades (...)*”.

Nesta perspetiva, a educação artística destina-se a todos os cidadãos, independentemente das suas aptidões ou talentos específicos. Deverá, assim, ser considerada parte integrante e indispensável da Educação geral, processando-se, genericamente, em todos os níveis de ensino.

Este princípio é consubstanciado no Decreto- Lei n.º 344/90 de 2 de Novembro: “*a educação artística é parte integrante e imprescindível da formação global e equilibrada da pessoa, independentemente do destino profissional que venha a ter (...)*”, especificando um objetivo geral da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) que refere, no seu art.º 2.º “*todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.*”

É com base nesta problemática que em 2009/10, o Ministério da Educação concebe o Programa de Educação Estética e Artística em contexto escolar (PEEA) e promove a sua implementação, a nível nacional, através da Equipa de Educação Artística da Direção Geral da Educação.

Na sua filosofia de intervenção, o PEEA mobiliza uma dimensão concetual em torno da Educação e da Arte. Neste contexto, a educação deve mobilizar diferentes áreas do conhecimento, exercitar perguntas, como um sábio exercício pedagógico, antecipando cenários para as constantes e, cada vez mais rápidas, mudanças no mundo. Segundo estes pressupostos, e com base numa visão ampla de currículo, a acumulação de saberes terá de dar espaço a uma abordagem integrada e transversal de conhecimentos. Por esta via, pretende-se que a Arte, como forma de conhecimento, deixe de ser compreendida à luz das teorias ditas da “salvação” em que “pode servir para tudo e para coisa nenhuma”. Os conhecimentos na área da arte não têm menor ou maior importância que os das áreas científicas e/ ou tecnológicas.

Esta dimensão concetual concorre para que a formação na arte tenha de ter, tal como nas outras áreas, atenção a três pilares fundamentais, identificados por João Barroso: **Conhecer, Sentir e Expressar**. Para que a formação não seja nem um ato isolado, nem um ato acabado, terá de permanecer num contexto socioeducativo construído por múltiplos sentidos e significados, que não se desenvolvem numa lógica de linearidade, mas, pelo contrário, numa complexidade de relações e de tensões entre o que se sabe, o que se vivencia e o que revela. Pela emergência de novos dados e de novos saberes, é essencial criar, desenvolver e manter a “necessidade de ter necessidade” de aprender, como chave de um verdadeiro processo de autonomia.

Na sua prática de intervenção, o PEEA baseia-se, fundamentalmente, em duas linhas de orientação: - A primeira centra-se no desenvolvimento de um plano de intervenção no domínio das diferentes formas de arte, formando, em contexto de trabalho, os docentes para as diferentes áreas artísticas: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro, facilitando ações que assegurem a articulação curricular e integrem diversas linguagens; - Com a segunda pretende-se desenvolver ações conjuntas entre a Escola e Instituições Culturais, antecipando a cultura como uma necessidade no processo educativo, envolvendo docentes, alunos e famílias.

É com este Quadro de referência que o PEEA tem estendido a sua ação a nível nacional, em (155) Agrupamentos de Escolas (AE) abrangendo, neste momento, 102.342 alunos e 5486 docentes, investindo cada vez mais numa lógica de território e mobilizando, também a nível nacional, várias autarquias. De destacar, a este respeito, a importância que as comunidades intermunicipais (CIM) e as instituições culturais exercem enquanto atores das comunidades

locais. Salientam-se, neste contexto, os vários protocolos assinados entre as autarquias e a DGE para o apoio no domínio das artes nos vários Agrupamentos de Escolas.

Este caminho consolida a sistematicidade e intencionalidade que queremos cada vez mais reforçar no PEEA, nomeadamente no investimento em subprogramas nas várias áreas artísticas. Destacam-se os vários subprogramas, que articulam diversos organismos dos Ministérios da Educação e da Cultura e as autarquias locais. O subprograma “Música em Contexto Escolar” engloba as “Residências artísticas” que têm vindo a ser realizadas a nível nacional, com a parceria do Teatro Nacional de São Carlos (TNSC), e que, ao longo dos dois últimos anos, têm constituído uma oportunidade única de levar músicos à escola e facilitar o contacto dos alunos com os universos culturais. O Cantar para todos (Coros) envolve centenas de crianças, destacando-se a iniciativa referente à realização do Concerto de Natal, em que 70 crianças do 1.º CEB, de vários AE do Pinhal Interior, se juntaram ao Coro do TNSC. Saliente-se, neste processo, o forte empenho de diretores/as de vários AE e de todos os docentes envolvidos.

Os subprogramas de “Dança em Contexto Escolar” - “Dança Passo a Passo” e “RACNAD-Dançar ao contrário” já permitiram a centenas de crianças e docentes trabalhar esta área, de acordo com saberes específicos e na procura de múltiplas expressividades. O PEEA já envolveu 33496 alunos e 4413 docentes nos vários subprogramas desenvolvidos, a que se juntarão mais uns milhares com a realização dos subprogramas em desenvolvimento no presente ano letivo (Curadoria para a infância, Fotografia, Cenografia, entre outros).

Chegados até aqui, e ainda que nem todos os portugueses tenham atingido o “*jardim das delícias*”, deixam-se alguns testemunhos de quem tem vivenciado, por dentro, o PEEA:

*“Os professores, especialmente ao nível do 1.º Ciclo, não davam tanto valor às expressões artísticas. Considerava-se que o que importava somente era o ensino do português e da matemática (...) de preferência com os alunos sentados, quietos, com papéis e canetas à frente. (...) Agora as colegas conseguem perspetivar a mais-valia das artes e das expressões.”* (Alexandre Canadas, Diretor do AE Marinhas do Sal, em Rio Maior, 2013/14);

*“ (...) Este ano foi muito interessante! Aprendemos a implementar novas estratégias, a utilizar diferentes linguagens e materiais. Houve diferença na evolução da expressão das crianças. Mostravam-se alegres e entusiasmadas por saberem que iriam ter estas áreas todas as semanas e de uma forma planeada e preparada. Todo este processo desencadeou uma realidade muito diferente do que anteriormente se fazia.”* (Alberto Pinto, professor de uma das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do AE Infante D. Henrique, 2015/16);

*“ (...) Havia uma oferta formativa e cada um escolhia aquela que lhe agradava ou interessava. As escolas como órgãos de gestão estavam um pouco alheadas do que cada professor fazia em termos formativos (...). O Programa introduziu algo novo. Esta dinâmica foi notória e é uma opção de escola que se integra num projeto educativo e que envolve a escola e a comunidade docente, como um todo.”* (José Maria Martins, diretor do Centro de Formação de Associação de Escolas Castro Daire/Lafões, 2011/12);

“ (...) *Insisto bastante no contrariar a ideia de talento. Procuo que as dinâmicas de formação e os conceitos abordados possam ser desenvolvidos de diferentes modos e com diversos graus de complexidade (...). Insisto também no contrariar o medo ao ridículo e o medo da exposição, a partir de uma metodologia e de uma certa ética de trabalho que dialoga constantemente com estas inibições. (...) É possível ainda trabalhar sobre o NADA e transformá-lo em linguagem.*” (Paula Garcia, formadora externa na área do Teatro. 2015).

Os “**PRIVILEGIADOS**” já são muitos mais. O Ministério da Educação continuará a trabalhar para que o acesso à cultura faça parte do “*património de **TODOS** os portugueses*”.

*Elisa Marques, Coordenadora da Equipa de Educação Estética e Artística*